

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMPERATRIZ/MA (2014-2023)

Jusciane do Bom Parto Pinheiro Oliveira (UFMA)

jusciane.dbp@gmail.com

Renato Moreira Silva (UEMA)

renatouema@yahoo.com.br

Severino Vilar de Albuquerque (UEMA)

svalbuquerque@uol.com.br

Introdução

Este trabalho constitui um recorte de estudo realizado no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa Política e Gestão da Educação, Formação de Professores, Profissionalização e Trabalho Docente (GEPGEFOP) PPGE/UEMA, em conjunto com a Rede de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão Educacional (REPLAG), cujo objetivo foi analisar a participação social no processo de elaboração, monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação (PMEs) em 30 municípios brasileiros. De modo específico, traz evidências de uma pesquisa que analisou a participação social na elaboração e no monitoramento do PME de Imperatriz/MA, buscando apreender a dinâmica do planejamento educacional em nível local após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005/2014).

A abordagem qualitativa foi adotada, utilizando uma perspectiva dialética para a análise do planejamento em nível nacional e nos entes subnacionais. Foram analisados documentos do PME de Imperatriz e os respectivos relatórios de monitoramento elaborados pela Secretaria Municipal de Educação. Assim posto, o estudo buscou responder à seguinte questão: O PME de Imperatriz/MA contou com a participação de sujeitos sociais coletivos que se configuram como protagonistas no processo de elaboração, monitoramento e avaliação?

Plano Municipal de Educação de Imperatriz/MA: evidências sobre a participação social na elaboração, no monitoramento e na avaliação

O PNE é um documento-referência para a efetivação das políticas educacionais brasileiras desenvolvido em regime de colaboração da União com estados, o Distrito

Federal e os municípios. O plano constitui um conjunto de Metas a serem alcançadas em um certo período, dentro de objetivos a serem atingidos (Cury,1998), sendo compreendido como um processo político por buscar contar com a participação dos sujeitos sociais coletivos em sua elaboração, monitoramento e avaliação.

A participação é um processo que permite que os indivíduos desenvolvam sua cidadania, além de promover a junção da sociedade civil e sociedade política em prol da melhoria da qualidade da educação pública (Lima; Scaff, 2016). É por meio da participação que diferentes atores sociais deliberam e tomam decisões sobre especificidades dos sistemas de ensino dos municípios. No caso deste estudo, a intenção foi apreender o processo de elaboração, monitoramento e avaliação do PME de Imperatriz/MA,

O PME de Imperatriz, foi aprovado por meio da Lei Ordinária nº 1. 582/2015, para o decênio de 2014-2023, cumprimento as determinações previstas no art. 8º do atual PNE, assim como as ações do Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE). Composto por 19 metas e 252 estratégias, o PME desse município apresenta-se como um importante elemento de política pública educacional, afirmando que contou com espaços de participação social e o envolvimento de diferentes sujeitos no seu processo de elaboração.

No documento (Imperatriz, 2014) encontramos a afirmação de que a sua elaboração contou com a participação de representantes do Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Comissão de Educação da Câmara Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, Associações de pais e gestores, instituições públicas de ensino superior do estado, representantes do legislativo e executivo, Conselho tutelar, União Municipal dos Estudantes, dentre outros setores.

Na análise do documento do 1º Ciclo de Monitoramento do PME, ao qual a pesquisa teve acesso, foi possível identificar que o mesmo ocorreu em 2017, sendo a ficha elaborada pela comissão coordenadora do processo de monitoramento, conforme estabelecido na Portaria Nº 029/2017, e pela equipe técnica do processo de monitoramento, conforme definido na Portaria nº 011/2018. O documento em questão, composto por 76 páginas, apresenta, de forma abrangente, as metas, os indicadores, prazos de execução, observações e relatos relacionados à implementação das 19 metas e 252 estratégias do Plano. Além disso, oferece informações detalhadas sobre previsões orçamentárias, status de execução e indicativos de não execução, execução parcial ou total de cada estratégia.

Com base nos documentos coletados do Ciclo de Monitoramento, foi possível construir um quadro com o status das estratégias vinculadas a cada Meta ao longo do período de 2015 a 2017, permitindo uma visão do desempenho do PNE.

Quadro de execução de Metas e Estratégias do PME de Imperatriz/MA (2015 – 2017)

META	Nº DE ESTRATÉGIAS	STATUS DAS ESTRATÉGIAS		
		NÃO INICIADA	PARCIALMENTE	EXECUTADA
1	26	3	12	11
2	21	2	9	10
3	10	3	5	2
4	25	5	12	8
5	13	3	6	4
6	13	1	8	4
7	31	6	18	7
8	7	1	4	2
9	8	-	4	4
10	8	7	-	1
11	7	4	2	1
12	11	1	7	3
13	20	6	10	4
14	9	1	5	3
15	6	1	2	3
16	5	-	3	2
17	6	2	2	2
18	8	2	5	1
19	18	2	5	11
TOTAL	252	50	119	83

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos resultados da ficha de monitoramento do PME de Imperatriz.

O quadro permitiu identificar fragilidades quanto ao desenvolvimento das metas, considerando a quantidade de estratégias que sequer iniciaram, bem como àquelas que foram somente parcialmente realizadas. Igualmente, pode-se inferir, tendo em conta que somente 83 estratégias do total de 252 foram realizadas, que há desafios na implementação das Metas do PME de Imperatriz até o final do decênio.

Esse monitoramento inicial permitiu uma visão geral sobre a execução do PME de Imperatriz no período, e por ter sido o único instrumento encontrado pela pesquisa, há evidências do comprometimento na avaliação, frente ao alcance das suas metas, essenciais para a garantia da qualidade da educação municipal. A fragilidade dos instrumentos de monitoramento, além de ausência de avaliação do PME fere a premissa de uma gestão democrática, além de mostrar evidências de diferentes formas de

centralidade do poder político local, cuja condução do itinerário participativo nem sempre resulta em um plano que representa o ideário dos segmentos participantes, pois o acompanhamento e execução das políticas é comprometido (Scaff; Oliveira e Aranda, 2018), apontando a urgência de se fortalecer a participação social no acompanhamento da execução de uma política fulcral para a garantia da qualidade social da educação brasileira.

Considerações Finais

Este estudo investigou a dinâmica do planejamento educacional em nível local, focando na participação social após a aprovação do PNE (2014-2024). O objetivo foi analisar a atuação dos sujeitos sociais coletivos no processo de elaboração, monitoramento e avaliação do PME de Imperatriz/MA. A análise dos dados aos quais a pesquisa teve acesso trouxe evidências de que a participação de diversas instâncias da sociedade civil na elaboração do PME sofreu descontinuidades na mobilização social e na abertura de espaços participativos na fase de monitoramento e de avaliação das suas Metas, o que não se pode afirmar quanto aos demais ciclos de monitoramento, tendo em conta que a pesquisa não teve acesso aos mesmos.

A não disponibilização de relatórios de monitoramento e de avaliação, subsequentes ao primeiro ciclo de monitoramento, torna ainda mais evidente o descompromisso do poder público, em nível local, com a gestão democrática, tornando invisíveis sujeitos sociais coletivos no acompanhamento das Metas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação, **Lei nº 13. 005. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Plano Nacional de Educação:** duas formulações. Cad. Pesq. N. 104, jul. 1998, p. 162-180.

IMPERATRIZ. Prefeitura Municipal de Imperatriz. **Lei Ordinária nº 1. 582/2015 de 18 de maio de 2015.** Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Imperatriz para o decênio 2014-2023. Prefeitura de Imperatriz, 2015.

LIMA, Simone Estigarribia; SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Contribuições do Fórum Estadual de Educação para o planejamento educacional em Mato Grosso do Sul. In: V

Congresso Ibero-Americano e VIII Congresso Luso-Brasileiro, 2016, Goiânia. Política e Gestão da Educação: discursos globais e práticas locais, 2016. v. 41.

MARANHÃO. Plano Estadual do Maranhão – 2014. **Lei n. 10. 099 de junho de 2014. São Luís, Brasil**. Disponível em:

https://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

SCAFF, E. A. da S.; OLIVEIRA, M. dos S. de; ARANDA, F. P. N. Planejamento educacional e poder local na elaboração dos planos municipais de educação. **Revista de Estudos em Educação, Sorocaba**, SP, v. 20, n. 1, 2018. DOI: 10.22483/2177-5796.2018v20n1p133-147. Disponível em:

<https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2976>. Acesso em: 3 dez. 2022.